



PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS E LUTAS AMBIENTALISTAS: O TRABALHO DAS QUEBRADEIRAS DE COCO EM CODÓ/MA

SUSTAINABLE PRACTICES AND ENVIRONMENTAL STRUGGLES: THE WORK OF COCONUT BREAKERS IN CODÓ/MA

Layla Monique Carneiro dos Santos¹

Kelly Almeida de Oliveira²

Jhonatan Wendell Tavares Ferreira³

RESUMO: O estudo investiga os saberes e práticas sustentáveis das Quebradeiras de Coco do bairro São Francisco, em Codó/MA, que desempenham suas atividades de forma autônoma, sem vínculo associativo formal. Essas mulheres, por meio do extrativismo do babaçu, mantêm uma relação direta com o meio ambiente e constroem, no cotidiano, estratégias de resistência que garantem tanto sua sobrevivência econômica quanto a preservação da natureza. O objetivo central é compreender como suas atividades se relacionam com as lutas ambientalistas. Para isso, a pesquisa busca identificar o trabalho realizado por essas mulheres, analisar sua conexão com políticas ambientais e descrever suas práticas sustentáveis. Metodologicamente, uma investigação combinada de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando entrevistas semiestruturadas aplicadas a oito mulheres da comunidade. Os resultados apontam que as participantes desconhecem legislações que garantam a preservação dos babaçuais, revelando desafios na valorização de seu papel socioambiental. Apesar de contribuírem significativamente para a conservação do meio ambiente, essas trabalhadoras enfrentam dificuldades para obter reconhecimento, tanto pela sociedade quanto pelos movimentos ambientalistas. A ausência de colaboração com políticas públicas e a falta de conhecimento sobre seus direitos limitam a efetivação de ações que poderiam fortalecer sua atuação sustentável. Assim, conclui-se que, embora

¹ Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Maranhão (2019). Especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade. E-mail: laylamonik@hotmail.com

² Possui graduação em Pedagogia pela UFMA (2007), Especialização em Didática Universitária pela Faculdade Atenas Maranhense - FAMA (2008), Mestrado em Cultura e Sociedade pelo Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Cultura e Sociedade pela UFMA (2011) e Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática pela REAMEC/UFMT (2022). Atualmente é Professora Adjunta - Nível 2, do Curso de Pedagogia da UFMA/Codó. É Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação (mestrado profissional) em Gestão do ensino da Educação Básica (PPGEEB) da UFMA/São Luís e Professora permanente no Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação (PPGE) da UFMA/ São Luís. Professora Visitante no Programa de Doutorado EDUCANORTE pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: ka.oliveira@ufma.br

³ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutorando em Educação pela Universidade de Pernambuco (UPE). Possui graduação em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela Universidade Cruzeiro do Sul e em Pedagogia pelo Centro Universitário FAVENI. Especialista em Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Tutoria em Educação a Distância ambos pelo Centro Universitário FAVENI. E-mail: jhon_jhonys@hotmail.com

sejam agentes fundamentais na preservação dos babaçuais, as Quebradeiras de Coco seguem marginalizadas, necessitando de maior apoio institucional e reconhecimento social para que suas práticas sejam legitimadas e incorporadas ao debate ambiental mais amplo.

Palavras-Chave: Quebradeiras de Coco; Práticas Sustentáveis; Lutas Ambientalistas; Políticas Ambientais.

ABSTRACT: The study investigates the sustainable knowledge and practices of the coconut breakers in the São Francisco neighborhood of Codó, Maranhão, who work independently, without any formal association. Through the extraction of babassu oil, these women maintain a direct relationship with the environment and, in their daily lives, develop strategies of resistance that ensure both their economic survival and the preservation of nature. The main objective is to understand how their activities relate to environmentalist struggles. To this end, the research seeks to identify the work carried out by these women, analyze their connection with environmental policies and describe their sustainable practices. Methodologically, the research combined a literature review and field research, using semi-structured interviews with eight women from the community. The results show that the participants are unaware of legislation that guarantees the preservation of babassu groves, revealing challenges in valuing their socio-environmental role. Despite making a significant contribution to environmental conservation, these workers face difficulties in gaining recognition, both from society and from environmental movements. The lack of collaboration with public policies and the lack of knowledge about their rights limit the implementation of actions that could strengthen their sustainable work. Thus, it can be concluded that, although they are fundamental agents in the preservation of babassu groves, the Coconut Breakers remain marginalized and need greater institutional support and social recognition if their practices are to be legitimized and incorporated into the wider environmental debate.

KeyWords: Coconut Breakers; Sustainable Practices; Environmental Struggles; Environmental Policies.

1 ENTRANDO NOS COCAIS: VOZES, SABERES E RESISTÊNCIA DAS QUEBRADEIRAS DE COCO

Este artigo apresenta parte/recorte dos resultados de uma pesquisa de especialização em Educação Ambiental e Sustentabilidade, intitulada “Coco Babaçu E Sustentabilidade: Visibilidade e Relevância das Quebradeiras de Coco do Bairro São Francisco, Codó-MA” (SANTOS⁴, 2024), realizada na Universidade Federal do Maranhão (UFMA). O estudo apresenta os saberes e práticas sustentáveis das Quebradeiras de Coco (QBC⁵) do bairro São Francisco, em Codó/MA. Essas mulheres trabalham de forma autônoma, sem vínculo com associações, devido a razões pessoais que serão discutidas ao longo do texto. Essas mulheres possuem um vasto conhecimento sobre o extrativismo do babaçu e sua relação com a preservação ambiental. Suas vivências e práticas tradicionais podem estar associadas

⁴ Primeira autora do artigo.

⁵ Ao longo deste artigo, a expressão “Quebradeiras de Coco” será referida pela sigla QBC para facilitar a leitura e a fluidez do texto.

às lutas ambientalistas, destacando sua relevância na conservação dos babaçuais e no fortalecimento da sustentabilidade local.

A atividade extrativista tem grande relevância no município de Codó, sendo a quebra do coco babaçu uma importante fonte de renda para muitas famílias. Como aponta Agostinho (2012), um número significativo de lares depende do extrativismo, seja como complemento financeiro ou como principal meio de sustento. Nesse contexto, a relação das Quebradeiras de Coco com o meio ambiente se torna evidente, pois o babaçu representa um recurso econômico e cultural essencial e também um elemento fundamental para a preservação da biodiversidade.

O Maranhão abriga uma vasta extensão de palmeiras, sendo o estado com a maior concentração de babaçuais no Brasil. Essas áreas estão distribuídas em diversas cidades que compõem a chamada Região dos Cocais, os municípios do Maranhão como Alto Alegre, Coroatá, Peritoró e Timbiras fazem parte dessa região (OLIVEIRA, 2018; 2019). No entanto, a exploração predatória, marcada pelo desmatamento e queimadas descontroladas, ameaça a conservação desses territórios.

Diante da necessidade de garantir o acesso das Quebradeiras de Coco aos babaçuais e assegurar a preservação dessas áreas, foi criada a Lei do Babaçu Livre nº 4.734, de 18 de junho de 1986. Essa legislação reconhece a importância do extrativismo sustentável e fortalece a luta dessas mulheres pela conservação ambiental. No entanto, é essencial compreender quem são as QBC e como seu trabalho se relaciona com práticas sustentáveis, ampliando sua visibilidade e valorizando os conhecimentos transmitidos entre gerações.

O interesse por essa temática surgiu a partir de vivências pessoais, especialmente de memórias da infância⁶, quando minha avó utilizava o coco babaçu como matéria-prima para a produção de artesanato, mantendo uma loja com outras mulheres em Codó/MA. Ao longo da vida, observei a relevância do coco babaçu na realidade de diversas trabalhadoras camponesas, percebendo o impacto dessa atividade nos aspectos econômicos, afetivos e ambientais.

As QBC desempenham um papel fundamental na Educação Ambiental e na preservação dos saberes tradicionais. Elas perpetuam seus conhecimentos, e garantem que as futuras gerações reconheçam a importância da sustentabilidade em suas práticas diárias. Matos; Shiraishi Neto; Ramos (2015, p. 08) destacam que “a atividade de coleta, quebra e beneficiamento do coco babaçu é passada de uma geração a outra e realizada predominantemente por mulheres”, assegurando a continuidade dessas práticas e permitindo sua adaptação às novas realidades socioambientais.

A transmissão desse conhecimento vai além da técnica da coleta do coco babaçu, envolvendo valores de respeito à natureza, economia solidária e fortalecimento das comunidades. Por meio da oralidade e da prática cotidiana, as QBC ensinam como manejar

⁶ Primeira autora do artigo.

os babaçuais de forma sustentável e a importância de sua preservação para a manutenção da biodiversidade e dos meios de subsistência das famílias.

Seu modo de vida reflete um equilíbrio entre o ser humano e o ambiente, demonstrando que é possível explorar recursos naturais sem comprometer sua renovação. A valorização dessas práticas fortalece a identidade cultural das comunidades e evidencia que a sustentabilidade não está apenas na conservação dos ecossistemas, mas também na preservação dos conhecimentos que garantem sua continuidade.

Diante desse contexto, surge a questão central desta pesquisa: de que forma as práticas das Quebradeiras de Coco se conectam às lutas ambientalistas? Para respondê-la, o estudo tem como objetivo geral compreender essa relação. Especificamente, busca-se conhecer o trabalho dessas mulheres, identificar sua conexão com políticas e legislações ambientais e descrever as práticas sustentáveis direcionadas ao extrativismo do babaçu que influenciam os movimentos de preservação ambiental.

Para embasar este artigo e aprofundar a discussão sobre a importância e os direitos das QBC, serão apresentados os estudos de Araújo Junior; Dmitruk; Moura (2014), Matos; Shiraishi Neto; Ramos (2015), além de Oliveira (2018). A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa e contou com a participação de oito mulheres. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada uma entrevista semiestruturada composta por seis perguntas, permitindo a análise das experiências e percepções dessas trabalhadoras.

Organizamos este artigo de forma a proporcionar uma compreensão estruturada e aprofundada sobre a temática das QBC e suas lutas pela preservação dos babaçuais. Iniciamos com esta introdução, na qual apresentamos, de maneira ampla, os principais aspectos que serão discutidos ao longo do texto, situando a pessoa leitora no contexto da pesquisa.

Na segunda seção, intitulada “Abrindo Caminho nos Cocais: Percurso Metodológico”, detalhamos a abordagem metodológica adotada, explicitando os procedimentos de coleta e análise dos dados, bem como as estratégias utilizadas para compreender as narrativas e experiências das QBC.

Em seguida, na terceira seção, “Leis e Palmeiras: A Legislação como Aliada das QBC”, apresentamos uma linha do tempo das principais legislações voltadas à proteção dos babaçuais no Estado do Maranhão, destacando a importância dessas normativas na garantia dos direitos das QBC e na conservação ambiental.

Na quarta seção, “Tecendo Saberes: Análise das Narrativas das QBC”, nos debruçamos sobre as narrativas dessas mulheres, trazendo reflexões sobre suas trajetórias, desafios e conquistas. A partir de suas vozes, analisamos os impactos sociais, políticos e ambientais de sua atuação.

Por fim, na última seção, “O Legado das Quebradeiras de Coco e Suas Práticas Sustentáveis”, apresentamos as considerações finais, ressaltando as contribuições das QBC para a preservação dos babaçuais e para a construção de alternativas sustentáveis no

extrativismo, além de apontar caminhos para futuras reflexões e ações que possam fortalecer essa luta.

2 ABRINDO CAMINHO NOS COCAIS: PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa possui abordagem qualitativa, enfatizando as falas e vivências das participantes. Para Kauark; Manhães; Medeiros (2010, p.26) “consideram que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”. Todas as informações e dados apresentados nesta pesquisa foram previamente autorizados pelas quebradeiras de coco do bairro São Francisco, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), garantindo que sua utilização fosse restrita a fins acadêmicos. Adotaram-se procedimentos que asseguraram a participação livre, prévia e consentida das interlocutoras em todas as etapas do estudo.

Para atingir os objetivos, a metodologia foi organizada em duas etapas: bibliográfica e de campo, realizada com mulheres QBC do bairro São Francisco na cidade de Codó/MA. A pesquisa foi conduzida com oito QBC independentes, sem vínculo com associações, cujas identidades foram representadas por nomes fictícios inspirados em flores: Lírio, Gardênia, Açucena, Orquídea, Begônia, Primavera, Dália e Magnólia, em homenagem as suas histórias e vivências. Para a construção dos dados, foi realizada uma visita às residências das participantes, onde as entrevistas foram realizadas com o consentimento de cada uma, formalizado por meio da assinatura de um termo de autorização.

O instrumento utilizado foi uma entrevista semiestruturada composta por seis perguntas, abordando aspectos de suas experiências pessoais, conhecimentos adquiridos ao longo do tempo e práticas sustentáveis relacionadas ao extrativismo do coco babaçu. Dentre as seis questões, três tratavam do contexto de vida das participantes e outras três sobre as práticas sustentáveis em seu trabalho.

Após a coleta, as respostas foram transcritas e organizadas em um quadro de análise, com destaque para as perguntas. As respostas de cada participante foram confrontadas com a visão de diferentes autores/as sobre o tema, permitindo a construção de diálogos analíticos e reflexivos ao longo do estudo.

3 LEIS E PALMEIRAS: A LEGISLAÇÃO COMO ALIADA DAS QBC

O Brasil abriga uma imensa diversidade de flora e fauna, sendo as palmeiras de babaçu um dos recursos naturais mais importantes para diversas comunidades tradicionais. Essas árvores têm sua maior concentração na região Nordeste, especialmente no Estado do Maranhão (ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014). Essa configuração territorial gera intensos conflitos entre as QBC e os latifundiários, que restringem o acesso a esses espaços. Segundo Agostinho (2012, p. 306) “um dos principais palcos de conflito, na ótica

ambiental, é a disputa pelos espaços.” Esse embate, longe de ser um fenômeno recente, vem se perpetuando ao longo das décadas, resultando em desafios contínuos para as QBC na defesa de seu território e de sua atividade extrativista.

A situação se agravou em 1969 com a promulgação da Lei de Terras nº 2.979, também conhecida como Lei de Terras Sarney. Como destacam Araújo Júnior; Dmitruk; Moura (2014, p. 138), essa legislação “garantiu aos fazendeiros condições de acúmulo das árvores afastando a moradia das quebradeiras de coco das áreas de acesso às palmeiras.” Esta lei favoreceu a apropriação privada das terras onde tradicionalmente se encontravam os babaçuais, restringindo o direito das QBC de exercer sua atividade. Esse cenário intensificou as dificuldades que já enfrentavam, somando-se ao árduo processo de quebra do coco e à invisibilidade de sua profissão. Além disso, o afastamento forçado das áreas de coleta comprometeu não apenas sua subsistência, mas também sua relação histórica e cultural com os babaçuais.

A Lei de Terras Sarney refletiu uma lógica de concentração fundiária e de mercantilização da terra, entrando em choque com o modo de vida das Quebradeiras. Como apontam Viana e Pietro (2020, p. 41), “a partir da Lei de Terras do Maranhão de 1969, historicamente, vem se realizando permeada pelo conflito entre a lógica das quebradeiras de coco babaçu, e sua ordem moral, e a lógica capitalista.” Nesse contexto, os latifundiários passaram a intensificar o desmatamento das palmeiras visando o lucro imediato, enquanto as QBC buscavam preservar os babaçuais para garantir a continuidade de seu trabalho, a subsistência e a sustentabilidade ambiental. Essa oposição entre exploração predatória e conservação ambiental evidencia a luta das Quebradeiras não apenas pela sua profissão, mas também pela proteção dos ecossistemas nos quais estão inseridas.

Diante desse cenário de injustiça e exclusão, a década de 1990 foi marcada por avanços significativos na luta das QBC por reconhecimento e acesso livre às palmeiras. Nesse período, fortaleceu-se o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que se consolidou como um importante instrumento de mobilização e resistência. Como ressaltam Araújo Júnior; Dmitruk; Moura (2014, p. 140), “o MIQCB é hoje forte instrumento de mobilização das quebradeiras de coco.” Para alcançar essa conquista, foram realizados três encontros fundamentais: o primeiro, em 1991, na cidade de São Luís/MA; o segundo, em 1993; e o terceiro, em 1995, quando o movimento adotou sua atual denominação e fortaleceu sua identidade. Esses encontros representaram marcos na luta das QBC pela visibilidade de sua profissão, pelo direito ao acesso aos babaçuais e pelo reconhecimento de sua importância na manutenção da biodiversidade e na promoção da sustentabilidade.

Matos, Shiraishi Neto e Ramos (2015, p. 09) destacam que a missão do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) é “organizar as quebradeiras de coco babaçu para conhecerem seus direitos, defenderem as palmeiras de babaçu, o meio ambiente e a melhoria das condições de vida nas regiões de extrativismo do babaçu.”

Essa organização fortalece a luta das QBC, garantindo que sua voz seja ouvida na defesa de seus territórios e na promoção da sustentabilidade ambiental. Mais do que um grupo de trabalhadoras, as QBC desempenham um papel essencial na conservação dos recursos naturais, sendo protagonistas na proteção das palmeiras de babaçu e na manutenção dos modos de vida tradicionais.

A identidade das QBC está intrinsecamente ligada ao extrativismo do babaçu e à luta pelo direito de acesso às áreas onde essas palmeiras estão presentes. Porro (2022, p. 03) ressalta que “as quebradeiras têm sua identidade vinculada à ocupação econômica que exercem, com forte ênfase para reivindicações de direito de acesso e de conservação dos babaçuais, seja em florestas secundárias de palmeiras, ou integrados em pastagens.” Esse vínculo reflete aspectos econômicos, socioculturais e ambientais, evidenciando que a preservação dos babaçuais não é apenas uma necessidade econômica para essas mulheres, mas um compromisso com a biodiversidade e com o equilíbrio ecológico.

O avanço do desmatamento e a crescente apropriação privada das áreas de babaçuais foram grandes desafios enfrentados pelas QBC ao longo dos anos. No entanto, por meio de organização coletiva e mobilização política, elas conseguiram importantes conquistas legais para garantir a preservação das palmeiras. A luta das QBC resultou na criação de leis que visam proteger e regular o acesso a esses recursos naturais, assegurando que possam continuar seu trabalho de forma sustentável.

Um dos maiores marcos dessa mobilização foi a criação da Lei Estadual nº 4.734/1986, conhecida como Lei do Babaçu Livre, que estabelece diretrizes para a conservação e o uso sustentável dos babaçuais. Essa legislação representa um avanço significativo na garantia dos direitos das QBC, permitindo que continuem a extrair o coco sem as barreiras impostas pelos latifundiários. Além disso, a lei reforça a importância do extrativismo sustentável como estratégia para a proteção ambiental e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades que dependem dessa atividade (MARANHÃO, 1986). A implementação dessa legislação demonstra que, apesar dos desafios, a resistência e a organização das QBC são fundamentais para assegurar a preservação dos babaçuais e a valorização de seu modo de vida.

Silva (2021, p. 13) define a lei do Babaçu Livre como:

uma conquista dos movimentos sociais das quebradeiras de coco e não se restringe apenas ao livre acesso do babaçu e a proibição das derrubadas, pois também busca coibir a utilização de agrotóxicos nas áreas de babaçuais, as queimadas, corte dos cachos, e apresenta medidas de proteção ao babaçu e às quebradeiras de coco.

A partir da implementação da Lei do Babaçu Livre, os municípios passaram a ter autonomia para elaborar suas próprias normativas ambientais, especialmente no que se refere à preservação e ao acesso às palmeiras de babaçu. No entanto, essa regulamentação não ocorreu de maneira uniforme em todo o estado. Araújo Junior; Dmitruk; Moura (2014, p.

142) destacam que “o primeiro município do Maranhão que contou com uma lei do babaçu livre, em 1997, foi Lago do Junco”. A partir dessa iniciativa pioneira, outros municípios também adotaram legislações semelhantes, consolidando o avanço da luta das QBC pela garantia de seus direitos e pela conservação dos babaçuais.

Dentre os municípios que aderiram à Lei do Babaçu Livre, destacam-se:

Lago do Junco, com as Leis nº 05/97 e nº 01/2002; Lago dos Rodrigues, com a Lei nº 32/99; Esperantinópolis, com a Lei nº 255/99; São Luiz Gonzaga, com a Lei nº 319/2001; Imperatriz, com a Lei nº 1.084/2003; Lima Campos, com a Lei nº 466/2003; São José dos Basílios, com a Lei nº 52/2005; Cidelândia, com a Lei nº 01/2005; e Pedreiras, com a Lei nº 1.137/2005 (ARAÚJO JÚNIOR; DMITRUK; MOURA, 2014, p. 142).

Esses marcos legislativos refletem os avanços obtidos pela mobilização das QBC, demonstrando a importância da organização política na conquista de direitos e na construção de políticas públicas voltadas à proteção ambiental e ao fortalecimento do extrativismo sustentável.

Entretanto, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a ser percorrido. O município de Codó/MA, por exemplo, possui uma grande quantidade de palmeiras e uma expressiva presença de QBC, mas ainda carece de uma legislação específica que regule o acesso e a preservação dos babaçuais. A realidade de Codó reflete um cenário mais amplo no estado do Maranhão, onde muitos municípios ainda não elaboraram nem implementaram leis ambientais voltadas à proteção das palmeiras e ao reconhecimento do trabalho das QBC. Silva (2022, p. 24) ressalta que “nem todas as regiões do estado tratam essa temática com o devido apreço, havendo a necessidade de efetivação desta Lei”.

Apesar dos desafios, a luta das QBC tem gerado conquistas expressivas. Essas mulheres são agentes fundamentais na defesa dos babaçuais e na resistência contra o avanço da exploração predatória dos recursos naturais. Silva (2021, p. 36) destaca que “as mulheres quebradeiras de coco babaçu são pioneiras na luta pelo direito à terra e aos babaçuais”, evidenciando sua relevância no cenário dos movimentos sociais e ambientais no Maranhão. No entanto, a trajetória dessas mulheres é marcada por desafios estruturais, exigindo mobilização contínua e maior reconhecimento por parte das instâncias governamentais e da sociedade. Nesse contexto, compreender as QBC como uma categoria social do campesinato brasileiro é essencial para aprofundar as discussões sobre a questão agrária e ambiental no estado (VIANA; PIETRO, 2020).

(Re)conhecer a identidade, as lutas e as práticas das QBC fortalecem suas reivindicações e permite uma análise mais ampla sobre os impactos econômicos, políticos, sociais, culturais e ambientais de sua atuação. A resistência dessas mulheres vai além da sobrevivência; trata-se de um movimento que dialoga com questões centrais sobre justiça social, preservação ambiental e direito à terra.

4 TECENDO SABERES: ANÁLISE DAS NARRATIVAS DAS QBC

A pesquisa envolveu oito mulheres, com idades variando entre 35 e 85 anos, que se autoidentificaram como Quebradeiras de Coco (QBC) e lavradoras. Elas aprenderam e foram integradas a essa atividade desde a infância, por meio do ensino de seus familiares, com conhecimentos e práticas que foram transmitidos ao longo das gerações.

Quadro 1: Histórias e contextos das QBC

QBC	Perguntas		
	Há quanto tempo você trabalha como QBC?	Compartilham seus conhecimentos e técnicas com as novas gerações?	Pode descrever um dia típico de trabalho como quebradeira de coco?
Lírio	Comecei a quebrar coco com 10 anos, estou com 49 anos que quebro coco babaçu. Eu aprendi a quebrar coco com minha avó.	[...] tenho 5 filhos e duas filhas todos quebram [...] agora os netos nenhum sabe quebrar.	No dia a gente sai de casa às 7:00 horas da manhã pra ir pro mato, eu já quebrei 13kg de coco que são 26 litros de coco que já quebrei por dia, já troquei muitas vezes o coco pelo alimento, 2 kg de coco antigamente era um 1 kg de arroz, teve um tempo que era 5kg pra trocar pelo 1kg de arroz [...]
Gardênia	Desde pequena com 11 anos de idade, eu ia pro mato fazendo companhia para minha mãe.	Não compartilhei, minha filha não sabe quebrar coco, as coisas já modificaram.	Saia pela manhã, catava os cocos no mato, quebrava lá mesmo e só vinha no final da tarde.
Açucena	Trabalhei 40 anos quebrando coco. Aprendi com a minha mãe, tinha 5 anos de idade.	Compartilhei com meus filhos e netos [...] todos meus filhos sabem quebrar coco, só que foram para outros rumos.	A gente vai para o mato, consegue achar o coco e quebrar e passar um dia de fome.
Orquídea	Desde de 7 anos, quebro há 28 anos. Eu aprendi com minha mãe.	[...] eu não compartilhei com meus filhos, porque hoje tem outras possibilidades, outros conhecimentos, meus filhos não sabem quebrar coco	A gente amanhece o dia faz o frito pra levar pro mato, vai amolar o machado, cortar o cacete, aí a gente vai juntar os cocos e depois quebra.

Begônia	Comecei com 20 anos. Só olhando minha mãe	Olha, primeiro que a nova geração não quer nem saber disso. Quer não, minha filha? Ah, isso aí é coisa das antigas. Então eu não tenho como compartilhar, a não ser numa entrevista como essa.	A gente vai pela manhã. Aí quando eu chego lá, a gente leva comida pra cozinhar lá é que nós temos um ranchinho. Aí nós vamos pro mato, vamos juntar aquele coco, aí vamos carregar, levar pro rancho, aí lá nós senta e vamos quebrar. Aí às vezes eu quebro dois quilos, às vezes dois e meio, porque não tem como quebrar mais, porque a gente vai buscar o coco, é longe do rancho. Aí a gente tem que trazer na cabeça, no ombro, com aquela dificuldade todinha
Tulipa	Desde que eu nasci, eu comecei a quebrar coco, 10 anos de idade. [...] aí minha mãe abria os coco assim e tem, aí eu ia tirando os caroços...	Às vezes eu ensino meus filhos meus netos, Como foi a minha vida no começo. Meus filhos nenhum sabem quebrar coco	Era normal, eu quebrava o coco no mato, quebrava em casa, eu ainda vou arrumar pra ir, mas o menino aqui no rio Codozinho...
Dália	Comecei com 10, 12 anos. Minha vó que me ensinou.	Eu falo como era antigamente, eu falo como era minha vida, digo o que passei.	Na hora que eu chegasse lá o machadinho eu já botava no jeito, a gente sentava no chão, quando não era a gente colocava umas palhas espalhadas no chão [...]

Magnólia	<p>Acredito que foi com 10 anos de idade. Meu pai que me ensinou. Ele quebrava o coco, partia no meio, Aí dava pra mim, pra me tirar os carocinhos de furão.</p>	<p>Não tenho Filhos, mais compartilho com minhas sobrinhas e sobrinhos, procuro sempre mostrar para elas e eles a importância do babaçu em nossas vidas, sempre falando da nossa realidade, a importância de preservar as palmeiras, ter contato com elas, minhas sobrinhas todas conhecem a palmeira, o coco, azeite, adoram o contato com a natureza.</p>	<p>A gente vai pra pro mato, acho que em torno de umas 7 horas... 6 e meia, a gente chega lá, a princípio a gente vai procurar a palmeira que tem um coco bom, porque não é qualquer coco não, o pai sempre dizia, o coco macho a gente não pega, porque o coco macho é aquele coquinho bem mais pequenininho, que geralmente só tem uns três caroço. Se o coco fosse bom, o caroço fosse bom, a gente juntava. Mas se o caroço não fosse bom, a gente deixava lá guardadinho o coco, o coco pra poder fazer o carvão. Aí depois que a gente junta, a gente caça um local específico lá no meio do mato, pra gente deixar esse monte de coco todinho.</p>
-----------------	--	---	---

Nota: pesquisa de campo, 2024.

Observe-se que a trajetória dos participantes na atividade de quebra de coco babaçu é marcada pela transmissão de conhecimentos familiares, com a maioria iniciando suas atividades ainda na infância. Oliveira (2019, p.22) elucida que “é uma atividade, cujas habilidades herdaram das mães e avós”. Açucena, uma participante mais jovem, teve seu primeiro contato com a prática aos 5 anos, quando foi ensinada por sua mãe. Já Begônia, uma participante que começou mais tarde, aprendeu aos 20 anos, também sob a orientação materna. Para as demais participantes, o aprendizado aconteceu entre os 7 e 12 anos de idade.

O fator comum entre todas é o legado de saberes compartilhados de geração em geração, com as mães ou avós como principais transmissoras desse conhecimento tradicional. Essa continuidade entre as gerações reforça a importância do papel das mulheres nas comunidades de QBC, não apenas como praticantes, mas também como guardiãs de um saber essencial para a preservação dessa atividade (OLIVEIRA, 2019).

Ao serem perguntadas se permaneceram compartilhando seus conhecimentos, Açucena afirma que ensinou todos os filhos. Lírio explica que os filhos sabem quebrar coco, porém os netos não aprenderam, enquanto as outras participantes informam que não ensinaram a prática de quebrar coco, mas relatam suas histórias e experiências para seus

filhos.

Oliveira (2018, p.21) explica que “essas atividades são repassadas por mães e avós, portanto, mulheres, que fizeram uso desse aprendizado, preservado esse modo de saber viver através das suas filhas”. Ao relatarem suas vivências, a maioria das participantes afirmam que começam a jornada de trabalho a partir das 7 horas da manhã, vão para o “mato” próximo às margens do Rio Codozinho em um terreno na estrada de Timbiras/MA. Ressaltamos que os babaçuais presentes nesse território possuem proprietários. Porém, as QBC possuem até o presente momento acesso livre a eles.

Begônia especifica que ela e o grupo de mulheres que a acompanha possuem um rancho próximo do terreno onde coletam o babaçu. A proximidade entre o rancho que possuem e o terreno que irão coletar os cocos, possibilita a elas realizarem suas refeições, além de ser o local que realizam a quebra do coco. Dália relata que espalhava as palhas das palmeiras no chão para sentar e quebrava o coco no mesmo local que coletava, enquanto Tulipa explica que em determinadas situações, levava o babaçu para quebrar em casa. É possível observar que as QBC não possuem um terreno próprio e não trabalham de forma individual. Elas trabalham geralmente em um conjunto de mulheres, desde o percurso de sua casa para o “mato”, a coleta e quebra do coco até a produção de diferentes produtos.

Para Sousa (2022, p.17), “a quebra do coco, ocorre, de forma geral, em rodas coletivas compostas por mulheres”. Elas coletam os cocos e produzem diferentes produtos, como: farinha de mesocarpo; sabão líquido e em barra; azeite; artesanatos, entre outras variedades. Esses produtos são obtidos a partir da extração dos cocos encontrados nas palmeiras. Matos; Shiraishi Neto; Ramos (2015 p. 17) explicam que “essa relação com a sustentabilidade e a preservação da natureza está presente em toda a prática cultural das quebradeiras”.

Além dos conhecimentos e práticas das QBC serem essenciais para o sustento de suas famílias, suas práticas são importantes para a conservação e preservação do ambiente. Compartilhar seus conhecimentos é uma forma de ensinar as novas gerações a cuidar do ambiente, além de adquirirem e colocarem em prática técnicas sustentáveis.

Quadro 2: Práticas sustentáveis das QBC

QBC	Perguntas		
	Você conhece alguma política pública ou legislação que apoie as quebradeiras de coco babaçu?	Descreva as práticas sustentáveis desenvolvidas pelas Quebradeiras de Coco nos Babaçuais.	Quais técnicas vocês utilizam para garantir que a coleta do coco babaçu seja sustentável?

Lírio	No meu conhecimento não, se tem não conheço.	A gente não agride as palmeiras não, a gente pega os cocos debaixo da palmeira, aí vem outras mais atrás junta também.	A gente, pelos menos eu, se ser baixa a palmeira eu derrubo o coco, se ser alto não derrubo não, espero cair, a gente pega carrega na cabeça, mais é longe.
Gardênia	Não conheço.	A gente não agride o meio ambiente, só tira os cocos quando cai da palmeira.	Não soube responder
Açucena	Aqui em Codó tinha a carteira das quebradeiras de coco, aí o povo ia tinha o carro para levar e trazer para a gente ir quebrar o coco.	Não soube responder	A gente tira o azeite e vendemos, o coco também
Orquídea	Sim	A gente só retira o que a palmeira dá.	A gente retira o coco mais não agride a natureza, a gente só quer preservar, a gente não corta, preservar o máximo possível que pode.
Begônia	Olha, aqui, em nenhum desses municípios, por enquanto, eu não tenho conhecimento. Eu sei que tem associação das quebradeiras de coco	Não soube responder	[...] é não destruir o palmeiral, não derrubar as palmeiras, entendeu? Nós deixamos os pés de palmeira limpos, a gente desafoga os pés das palmeiras, pra elas ficarem mais à vontade. Outra coisa também, que uma coisa tem que ser feita, mas geralmente não é. Quando a palmeira é muito junta, muito ali, o palmeiral é muito escuro, você tem que derrubar algumas palmeiras, vai tirando que é pra vento poder entrar aí, entendeu?
Tulipa	Que apoia não, conheço não	Não sei	Não soube responder
Dália	Em Codó eu acho que sim, ouvi falar da Associação das quebradeiras de Codó, mas lei não.	Às árvores a gente não cortava, só cortava aquele matinho pequeno para sentar.	Não soube responder

Magnólia	Eu já ouvi falar em alguma política, mas de conhecer, não tem nenhuma lei que apoia as quebradeiras de coco, não. Aqui mesmo no bairro eu nunca ouvi falar de alguma associação, de alguma coisa que apoie as quebradeiras de coco, não. Nunca ouvi fala.	[...] não agredimos a natureza, não agredimos a palmeira, porque nós vão para o mato lá, mas nós só pega o coco quando cai no chão, quando cai no chão já não agride.	As técnicas são, a gente só coleta o coco quando cai da palmeira, não cortamos os cachos, não agredimos a palmeira, só retiramos o que a palmeira oferece para a gente.
-----------------	---	---	---

Nota: pesquisa de campo, 2024.

Foram formuladas três questões específicas sobre as práticas sustentáveis com os participantes, sendo a primeira focada no conhecimento das políticas públicas e legislações que apoiam as QBC. As respostas variaram significativamente. Algumas participantes afirmaram não ter conhecimento sobre o tema, enquanto outras expressaram um entendimento limitado. Lírio, por exemplo, ressaltou que, em sua percepção, as QBC nunca tiveram acesso a direitos garantidos. Por outro lado, algumas participantes mencionaram já ter ouvido falar da Associação das Quebradeiras de Coco, mas nenhuma delas foi declarada sobre como uma associação realmente atua ou quais benefícios ela proporciona. Isso revela uma falta de informação e acesso a essas políticas e organizações que poderiam apoiar o QBC em suas atividades e lutas por direitos.

Dessa forma, percebemos que apesar de algumas relatarem que trabalham em terras privadas e seu acesso ser livre, não mencionaram a Lei de Terras José Sarney. Também não mencionaram a Lei do Babaçu livre, Oliveira (2018, p. 40) salienta que “as quebradeiras de coco do município de Codó ainda não conseguiram ampliar os espaços políticos de articulação, aprovação e aplicabilidade da lei”, pois muitas não possuem conhecimento da existência da referida lei.

Ao serem questionados sobre as práticas sustentáveis que adotam, três participantes não conseguiram identificar ou descrever as estratégias que utilizam em seu trabalho diário. Em contraste, outras cinco entrevistadas destacaram que evitam agredir as palmeiras durante o processo de remoção, uma prática que considera essencial para a preservação das plantas e do ecossistema ao redor. Orquídea, por exemplo, declarou que somente retira “o que a palmeira dá”, o que reflete uma prática de respeito à natureza, retirando apenas o necessário para o sustento.

Esta abordagem está alinhada com o conceito de sustentabilidade defendido por Matos; Shiraishi Neto; Ramos (2015), que destacam a importância de realizar uma atividade extrativista de forma sustentável, com foco na preservação da natureza e na manutenção do equilíbrio ambiental. A atitude das entrevistadas evidencia um comprometimento com

a conservação dos babaçuais, respeitando a dinâmica natural das palmeiras e buscando garantir a continuidade do extrativismo sem comprometer os recursos naturais.

Ao serem questionadas sobre as técnicas adotadas para garantir a coleta sustentável do coco babaçu, quatro das entrevistadas não forneceram uma resposta específica. Por outro lado, três participantes destacaram que evitam cortar as palmeiras, refletindo uma prática de respeito ao ciclo natural das plantas. De maneira geral, as QBC utilizam métodos tradicionais que garantem a remoção dos frutos sem comprometer a regeneração das palmeiras. Elas coletam apenas os cocos maduros que caem espontaneamente no chão, o que evita a derrubada das palmeiras, e também minimiza os impactos ambientais associados à exploração.

Esta prática está em conformidade com os princípios da sustentabilidade, pois permite que as palmeiras continuem a crescer e a produzir frutos nas safras subsequentes, promovendo a conservação dos recursos naturais a longo prazo (MATOS; SHIRAIISHI NETO; RAMOS, 2015).

No entanto, uma das participantes, Begônia, especificamente uma abordagem diferenciada, explica que, em alguns casos, é necessário cortar algumas palmeiras quando estas estão muito próximas umas das outras, a fim de permitir que as plantas se fixem especificamente e frutifiquem de forma significativa. Esse cuidado visa garantir a saúde e o crescimento contínuo do babaçu, refletindo uma compreensão das dinâmicas naturais que regulam o ecossistema dos babaçuais.

Oliveira (2019, p. 33) caracteriza a palmeira como de

grande porte podendo chegar até 20 metros de altura e ter entre 40 a 60 cm de diâmetro e dá um fruto de 10 a 12 cm de comprimento e 5 a 10 cm de diâmetro [...] demora nove meses para amadurecer, sendo que uma palmeira pode produzir uma média de até 5 a 6 cachos de coco por safra com a base de 300 a 500 cocos por cachos, essa produtividade varia de acordo com a estação das chuvas.

Além de suas características físicas imponentes, a palmeira de babaçu desempenha um papel crucial na economia e na cultura das comunidades que dependem do extrativismo do babaçu. A produção de cocos, que varia de acordo com as condições climáticas e a estação das chuvas, é uma das principais fontes de sustento para as QBC.

As QBC desempenham também um papel crucial na cadeia de produção do babaçu, um recurso natural de grande relevância ecológica, econômica e cultural para várias comunidades no Brasil. O babaçu é composto por quatro partes, estas caracterizadas como:

epicarpo (camada externa rígida e fibrosa,) corresponde em torno de 12,5% do fruto; mesocarpo (rico em amido) corresponde em torno de 20,4% do fruto; endocarpo (camada mais resistente) corresponde a 58,4% do fruto e as amêndoas que equivale a 8,7% do coco babaçu, sua quantidade pode variar de 3 a 4 amêndoas (OLIVEIRA, 2018, p. 21).

As práticas sustentáveis adotadas pelas QBC garantem a preservação dos babaçuais e fortalecem o desenvolvimento sustentável das comunidades onde vivem. O conhecimento dessas mulheres sobre as palmeiras é essencial para a produção de diversos itens e para a conservação ambiental. Esses saberes, compartilhados entre gerações, representam uma importante conexão entre cultura e sustentabilidade.

Matos; Shiraishi Neto; Ramos (2015, p. 08) destacam que “o conhecimento que as mulheres têm da palmeira é tão grande que ela é aproveitada de forma integral, gerando dezenas de produtos”. As QBC utilizam todas as partes do coco babaçu para diferentes finalidades. O epicarpo é aplicado em estofados e adubos, o mesocarpo serve para a produção de alimentos, o endocarpo é aproveitado no artesanato, e as amêndoas são utilizadas na alimentação, cosméticos e produtos de limpeza (OLIVEIRA, 2018).

O aproveitamento completo do babaçu aumenta a eficiência econômica das atividades das QBC e reduz o desperdício. O manejo sustentável dos babaçuais preserva a biodiversidade local, pois as palmeiras servem de abrigo para diversas espécies da fauna e flora. A conservação desses recursos naturais garante o equilíbrio ecológico e protege os ecossistemas.

A preservação dos babaçuais pelas QBC assegura a continuidade de processos ecológicos essenciais, como a polinização, a ciclagem de nutrientes e a regulação climática (ANDERSON; MAY; BALICK, 1991). O trabalho dessas mulheres vai além da extração do coco, representando uma prática de resistência ecológica que mantém os recursos naturais e valoriza conhecimentos tradicionais alinhados à sustentabilidade.

O trabalho das QBC não se limita apenas à coleta, mas também envolve um vasto conhecimento sobre o manejo sustentável das palmeiras, garantindo a continuidade da produção sem deficiências ao ambiente. Esse ciclo de produção depende de práticas cuidadosas que respeitam o tempo de amadurecimento dos frutos e garantem a regeneração natural das palmeiras, criando um equilíbrio entre a redução e a preservação, vital para a sustentabilidade das safras futuras.

Observamos que as QBC demonstram uma profunda conexão e um vasto conhecimento sobre as palmeiras, que desempenham um papel central em suas vidas. Além disso, elas desenvolvem vínculos afetivos significativos com as plantas, considerando-as não apenas uma fonte de sustento, mas também parte de sua identidade e cultura. Embora reconheçam que o trabalho é árduo e repleto de desafios, as QBC expressam um amor genuíno pela atividade, revelando, com carinho e orgulho, as histórias que se unem ao longo de sua trajetória. Esse afeto é refletido na forma como conduzem suas práticas diárias, sempre com uma preocupação implícita com a preservação e o respeito ao meio ambiente.

Essas práticas são sustentáveis, embora já presentes nas atividades cotidianas do QBC, ainda assim deveriam ser mais reconhecidas e aprofundadas. Existe uma grande riqueza de saberes que, se devidamente valorizados e ampliados, poderiam ser potencializados por

meio do conhecimento das legislações ambientais que garantem a proteção dos babaçuais. A relação entre o trabalho das QBC e as práticas de preservação ambiental é inegável, e é crucial que esses saberes sejam desenvolvidos e difundidos, tanto para promover o fortalecimento das práticas sustentáveis quanto para garantir que as leis que regulamentam o acesso aos babaçuais sejam eficazes e aplicadas pelas trabalhadoras.

5 O LEGADO DAS QBC E SUAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

As QBC desempenham um papel fundamental na preservação ambiental e na sustentabilidade das comunidades em que vivem. Esta pesquisa evidenciou como essas mulheres, em sua maioria autônoma e sem vínculos com associações formais, mantêm práticas extrativistas que respeitam os ciclos naturais do babaçu, revelando que, embora muitas não possuíssem conhecimento aprofundado sobre as políticas públicas que respaldam sua atividade, elas possuem um conhecimento tradicional que é crucial para a preservação dos babaçuais, compartilhado entre gerações.

Além disso, foi possível perceber que as práticas sustentáveis adotadas pelas QBC estão intrinsecamente ligadas à sua relação afetiva com as palmeiras. O amor pelo trabalho, que é considerado pesado, mas essencial, surge como um fator motivador para o cuidado com a natureza. Ao coletar apenas os frutos maduros que caem naturalmente, sem agredir as palmeiras, as QBC garantem que as árvores continuem a se regenerar, favorecendo a preservação do ecossistema e da biodiversidade local.

A análise das entrevistas também evidenciou que, apesar de um vasto conhecimento empírico sobre o manejo sustentável, as participantes não têm acesso a informações adequadas sobre a legislação ambiental, como a Lei do Babaçu Livre. Esse desconhecimento limita o potencial de mobilização e de reconhecimento legal da importância de suas práticas para a sociedade e para a conservação ambiental. A falta de visibilidade e de apoio institucional revela uma lacuna nas políticas públicas externas para a valorização dessas mulheres e de seu trabalho.

Dessa forma, ao reconhecer e apoiar o trabalho das QBC, é possível avançar na construção de um futuro mais sustentável e justo. A utilização responsável dos recursos naturais e a valorização das tradições culturais são pilares essenciais para um desenvolvimento que respeite tanto o meio ambiente quanto os modos de vida das populações que dele dependem.

A efetiva participação e o controle social exercidos pelas mulheres quebradeiras de coco constituem elementos centrais para a consolidação de um processo democrático verdadeiramente inclusivo. Mais do que beneficiárias de políticas públicas, essas mulheres assumem o protagonismo como sujeitas ativas na construção, implantação e implementação dessas ações, assegurando que reflitam sobre suas necessidades reais e respeitem seus modos de vida. Esse engajamento evidencia o papel transformador da comunidade na luta

por direitos, autonomia e reconhecimento, reafirmando que a democracia só se concretiza plenamente quando aqueles a quem as políticas se destinam ocupam, de forma legítima e consciente, os espaços de decisão e de controle social.

Por fim, este artigo reforça a necessidade de políticas públicas que reconheçam o valor das QBC e integrem suas práticas tradicionais de forma mais eficaz ao desenvolvimento sustentável da região. É fundamental que a sociedade e o poder público incentivem a capacitação dessas mulheres, garantindo acesso à informação, apoio técnico e recursos para que possam continuar a desenvolver suas atividades de maneira sustentável. Dessa forma, será possível fortalecer a autonomia das QBC e promover a preservação dos babaçuais, essenciais para o equilíbrio ecológico e para a economia local.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Luane Lemos Felicio. **As leis do babaçu livre e o desenvolvimento económico: uma análise do conflito de interesses nas disputas socioambientais das regiões urbanas do Maranhão**. Revista de Políticas Públicas, 2012. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/424>. Acesso em: 12 de jan. de 2025.

ANDERSON, Anthony Bennett; MAY, Peter Herman; BALICK, Michael J. **The subsidy from nature: palm forests, peasantry, and development on an**. Amazon frontier. Columbia University Press, 1991.

ARAÚJO JUNIOR, Miguel Etinger; DMITRUK, Erika Juliana; MOURA, João Carlos Da Cunha. **A Lei do Babaçu Livre: uma estratégia para a regulamentação e a proteção da atividade das quebradeiras de coco no Estado do Maranhão**. Seqüência (Florianópolis), n. 68, p. 129-157, 2014.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MARANHÃO. Lei estadual nº 4734 de 18 de junho de 1986. **Proíbe a derrubada de palmeiras de babaçu e dá outras providências**, 1986. Disponível em: https://pge.ma.gov.br/uploads/pge/docs/Ebook_Consolida%C3%A7%C3%A3o_das_Leis_de_Direito_Ambiental_vs_julho2022.pdf. Acesso em: 01 de jan. de 2025.

MATOS, Francinaldo; SHIRAISHI Neto, J.; RAMOS, Vitória. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**. São Paulo: ActionAid, 2015. Disponível em: https://www.actionaid.org.br/documents/24/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 01 de dez. de 2024.

OLIVEIRA, Nathalia Cristielle Mouzinho de. **Organização de Mulheres: desafios e perspectivas para a consolidação da identidade das quebradeiras de coco babaçu no bairro Codó Novo**. UFMA, Codó/Ma, 2018. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/2680>. Acesso em: 17 de dez. de 2024.

OLIVEIRA, Valdiane da Cruz. **Extrativismo do Babaçu: trabalho, renda e inclusão**

social para as mulheres quebradeiras de coco babaçu, em Codó-MA. UFMA, 2019.
Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/4032>. Acesso em: 22 de dez. de 2024.

PORRO, Roberto. **Dimensões diferenciadas do engajamento camponês no extrativismo do babaçu.** Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v.30, n.2, 2022.

SILVA, Alice Silva. **O (en) canto das quebradeira de coco babaçu no Maranhão.** Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Bacabal, 2021. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/5306>. Acesso em: 22 de jan. de 2025.

SILVA, Maria de Fátima Sousa. **Os projetos de vida de adolescentes, filhos de quebradeiras de coco babaçu no leste do Maranhão: escola, trabalho e perspectivas entre continuidades e rupturas.** Rio Claro, 2022.

SOUSA, Valdineia da Cruz Oliveira de. **Histórias de vida e construção das identidades de três mulheres quebradeiras de coco babaçu de codó-ma: Dona Francisca, Dona Delma e Dona Edelania.** 2022.

VIANA, Francisca Silva; PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. **Camponesas rebeldes: Lutas, reprodução social e resistências das quebradeiras de coco babaçu no oeste do Maranhão.** 2020.